



**CONCILIANDO OS REALISMOS
NATURALISTAS DE CAMBERRA E
CORNELL A PARTIR DO SIGNIFICADO DOS
TERMOS MORAIS**

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2023.191.05>

Ísis Esteves Ruffo

Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

isis.ruffo@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1869792209782482>

RESUMO:

Este texto analisa a distinção entre a explicação do significado dos termos morais em duas posturas realistas frequentemente contrastadas: o realismo naturalista analítico, especialmente conforme desenvolvido pelo programa de Camberra, e o realismo naturalista sintético, cujos realistas de Cornell são os principais expoentes. Caracteristicamente, os realistas de Cornell sustentam que termos para tipos morais se relacionam com a instanciação de tipos naturais que podem ser empiricamente mapeados, enquanto que o programa de Camberra advoga que o significado dos termos morais precisa ser analiticamente estabelecido. Entretanto, a distinção entre realismo analítico e sintético pode ser pouco convincente desde que as identidades sintéticas do realismo de Cornell não podem abdicar de análises conceituais que delimitam o escopo adequado dos termos morais. Por outro lado, embora admitam investigações *a priori* sobre o termo morais, o programa de Camberra também não recusa as identidades sintéticas entre termos morais e tipos naturais, tornando as duas posturas muito mais similares quanto ao significado dos termos morais do que seus respectivos epítetos sugerem.

PALAVRAS-CHAVE:

Metaética. Realismo moral. Naturalismo moral. Realismo de Cornell. Programa de Camberra.

RECONCILING THE NATURALISTIC REALISMS OF CORNELL AND CANBERRA THROUGH THE MEANING OF MORAL TERMS

ABSTRACT:

This paper analyzes the distinction between the explanation of the meaning of moral terms in two frequently contrasted realist postures: the analytic naturalistic realism, especially as developed by the Canberra plan, and synthetic naturalist realism, in which Cornell realists are the main exponents. Characteristically, Cornell realists hold that terms for moral kinds relate to the instantiation of natural kinds that can be empirically mapped; while the Canberra plan advocates that the meaning of moral terms needs to be analytically established. However, the distinction between analytical and synthetic realism may be unconvincing since the synthetic identities of Cornell's realism cannot abdicate conceptual analyzes that delimit the proper scope of moral terms. On the other hand, while admitting *a priori* investigations into the term morals, the Canberra plan also does not reject the synthetic identities between moral terms and natural types, making the two positions much more similar regarding the meaning of moral terms than their respective epithets suggest.

KEYWORDS:

Metaethics. Moral realism. Moral naturalism. Cornell realism. Canberra plan.

1 Introdução

O realismo moral é a tese de que existem fatos morais e, portanto, que é uma questão factual que determinadas ações, eventos, pessoas ou instituições sejam boas, ou más, corretas, ou erradas à medida que instanciam ou não as propriedades morais da bondade, da maldade ou da correção. Complementarmente, asserções que expressam juízos morais descrevem um aspecto da realidade do mundo – a existência ou ausência de certas propriedades – e podem ser bem ou malsucedidas nesta tarefa, no sentido de que são ou verdadeiras ou falsas.

Naturalismo, por sua vez, é a posição ontológica de que o mundo natural é a unidade basilar da realidade e que, portanto, apenas devemos nos comprometer com a existência de propriedades e tipos naturais¹. Para o caso moral, especificamente, o naturalismo é a tese de que, se existem propriedades morais, como sustenta o realismo moral, elas devem ser propriedades naturais e não propriedades de um tipo especial e à parte do mundo natural, sejam sobrenaturais, sejam *sui generis*. A dificuldade de conciliar a posição naturalista com o realismo moral, inicialmente, é, portanto, mostrar como as

¹ Um tipo especifica uma categoria ou classificação dentro da qual indivíduos podem ser agrupados com base em características compartilhadas.

propriedades instanciadas em situações morais podem ser incluídas em uma descrição naturalista do mundo, de modo que não exista uma distinção fundamental entre fato e valor.

Uma possibilidade de operar a conciliação entre realismo moral e naturalismo é indicando uma relação entre termos recorrentes e importantes no discurso moral ordinário, como ‘certo’, ‘bom’, ou ‘errado’, com a ocorrência de tipos naturais, de tal modo que termos morais tenham como significado, em alguma medida, tipos naturais. Deste modo, as condições de verdade das sentenças morais, que são importantes para o realista moral, seriam dadas a partir de uma ontologia naturalista.

A estratégia semântica acima é adotada por, pelo menos, duas posturas realistas naturalistas relevantes: O *realismo de Cornell*, apresentado neste texto principalmente por meio dos textos de Richard Boyd (1988; 1997; 1999) e David O’Brink (1989); e o *programa de Camberra*² conforme formulado em Frank Jackson (1998) e Phillip Pettit (2020). A distinção entre elas é marcada, frequentemente, pelo tipo de ligação disponível entre termos morais e tipos naturais: enquanto o realismo de Cornell defende uma identidade sintética *a posteriori* entre termos morais e tipos naturais, o programa de Camberra advoga que esta identidade é estabelecida conceitualmente e, portanto, *a priori*. Por esta distinção, programa de Camberra e o realismo de Cornell são frequentemente referidos como *realismo naturalista analítico* e *realismo naturalista sintético*, respectivamente³. A nomenclatura indica que, pelo caráter *a priori* das identidades propostas pelo programa de Camberra, a posição estaria comprometida com relações estabelecidas a partir dos conceitos associados aos termos morais – dados analiticamente. Enquanto que, por outro lado, os realistas sintéticos de Cornell negariam que as identidades naturalistas poderiam ser estabelecidas de modo puramente analítico, dispensando investigações que mostrem, empiricamente, a relação entre os termos morais e seus referentes naturais. Portanto, somente investigações *a posteriori* poderiam oferecer uma clarificação sobre os referentes – naturais – dos termos de tipos morais.

Entretanto, levando em consideração as obras de referência de ambas as posturas estudadas para este texto, a distinção pode ser controversa. Tanto a especificação da natureza dos tipos naturais como tipos funcionais, quanto a teoria sobre a referência de tipos multiplamente realizados, amplamente exploradas e endossadas pelos realistas de Cornell, indicam que não é possível traçar identidades

² Formulado essencialmente pelos seus críticos, o título “programa de Camberra”, *Canberra Plan*, faz referência tanto ao nome da cidade em que residiam seus partidários, como também é uma crítica a teoria da linguagem proposta que teria se desenvolvido como uma cidade planejada e, portanto, incapaz de acomodar o dinamismo das estruturas que crescem organicamente (BRADDON-MITCHELL. NOLA. 2009, p. 1). Sendo está uma crítica justa, ou não, o nome de programa de Camberra foi adotado também pelos seus defensores, entre os quais, seus principais proponentes Frank Jackson e David Lewis e, neste texto, será assim referido.

³ Por exemplo: “(...) Como poderíamos identificar propriedades morais com propriedades naturais? O realista analítico reivindica que nós podemos fazer isso *a priori* via análise conceitual e tal abordagem foi revitalizada pelo trabalho de Jackson. Por outro lado, o naturalismo sintético pensa que nós podemos identificar propriedades morais com propriedades naturais via investigação *a posteriori*.” (FISHER, 2011, p. 70).

sintéticas que prescindam de análises conceituais para termos que nomeiam tipos naturais. Por outro lado, o programa de Camberra, embora destaque a relevância das investigações *a priori* na delimitação de identidades como aquelas típicas das ciências, não recusa o fato de que são as investigações *a posteriori* que delimitam a extensão dos termos sob investigação. Como a construção da teoria sobre o significado dos termos morais, em ambas as posturas, é herdeira do debate acerca da referência dos nomes de tipos naturais, seria controverso que, a despeito das considerações que destacam a complementação das investigações *a priori* e *a posteriori* sobre os tipos naturais em ambas as teorias, o mesmo não se aplicasse aos tipos morais. Entretanto, caso as considerações aplicáveis aos termos de tipos naturais em ambas as teorias sejam também aplicáveis aos termos morais, a diferenciação das duas posturas como realismo naturalista analítico, porque depende exclusivamente de identidades *a priori*, e realismo naturalista sintético, porque não emprega elementos *a priori*, não pode ser mantida.

2 Programa de Camberra e Realismo de Cornell

2.1 Programa de Camberra

O programa de Camberra se apresenta como uma possibilidade de especificar qualquer vocabulário “estranho” ao panorama naturalista, como o vocabulário moral, em um vocabulário puramente descritivo. Com esta especificação, é possível traduzir sentenças contendo termos morais em sentenças descritivas que, tipicamente, possuem valores de verdade conforme almejados pelo realista. Operar esta identificação exige, todavia, uma explicação de como os dois vocabulários estão intimamente relacionados, o que pode ser feito, segundo o programa de Camberra, por meio da análise conceitual do vocabulário moral.

A análise conceitual consiste em uma investigação sistemática das similaridades encontradas entre diferentes amostras de um tipo sob investigação que sejam suficientes para unificá-las como caindo sob uma mesma categoria. A análise conceitual, proposta por Camberra, destaca-se por não ser somente uma investigação empírica acerca dos usos corriqueiros dos termos relevantes em um vocabulário, ou do entendimento comum dos falantes competentes, mas também por incluir uma reflexão sobre o que podemos chamar dos *comprometimentos conceituais mínimos do discurso*. Tais comprometimentos conceituais incluem pressuposições amplamente assumidas no uso dos termos relevantes, crenças ordinárias de usuários competentes da língua, a validação de casos paradigmáticos da aplicação destes conceitos e, também, crenças e formulações mais examinadas realizadas por *experts* (Pettit, 2020, p. 338).

Com relação à moralidade, a análise conceitual proposta por Camberra deve elencar uma série de compromissos para cada termo moral e os reunir em uma cadeia de descrições. Por exemplo, uma análise conceitual dos termos morais poderia revelar comprometimentos conceituais como:

- “O que é bom é, normalmente, certo, enquanto o que é mau é errado”;
- “Algo não pode ser certo e errado ao mesmo tempo e sob as mesmas circunstâncias”;
- “O que é correto é, frequentemente, também justo”;
- “Quando as condições não-morais de duas ações são as mesmas, o seu valor moral é o mesmo”;
- “se alguém julga correto fazer a ação ϕ , sob circunstâncias normais, está pessoa se sentirá inclinado a fazer ϕ ”;
- “Atos de crueldade deliberada e injustificada são maus”;
- “A correção moral está relacionada a atos que promovem o florescimento das capacidades humanas” entre outros.

Uma vez que a análise seja feita, o aparato teórico de sentenças ao estilo Ramsey-Lewis permitiria traduzir estes compromissos em uma linguagem puramente descritiva (nas quais estão ausentes termos morais) e que, tipicamente, possui valores de verdade.

2. 2 Sentenças Ramsey-Lewis

O processo de construção de sentenças Ramsey-Lewis é desenvolvido especialmente nas obras *Theories*, de Frank Ramsey (1931) e “How to Define Theoretical Terms”, de David Lewis (1970). Nestas obras é proposta uma forma de traduzir vocabulários próprios de uma teoria – que poderiam ser “estranhos” no sentido anteriormente discutido – em termos externos à teoria e que não manifestem a mesma estranheza (LEWIS, 1970, p. 428). O processo de tradução é desenvolvido transformando as sentenças internas à teoria em sentenças ao estilo Ramsey-Lewis nas quais os termos internos são substituídos por variáveis.

Para realizar o processo, então, é preciso, em primeiro lugar, identificar uma teoria – compreendida aqui como uma longa conjunção de compromissos conceituais e empíricos – e, a partir dela, delimitar o papel desempenhado por cada um dos seus termos internos. Em seguida, as menções aos termos internos são substituídas por variáveis de modo que a referência a eles não seja mais necessária, mas que seus papéis sejam plenamente especificados (sem recorrer a termos internos à teoria). Com esta especificação dos papéis dos termos dentro da teoria, pode ser possível identificar, em termos externos ao

discurso sob investigação, se algo é capaz de operar estas mesmas funções. Caso sim, é possível estabelecer uma identidade dos termos internos à teoria com termos externos.

Para o caso da metaética, em especial, o programa de Camberra propõe que o mesmo método desenvolvido por Lewis para construção de identidades entre discursos inicialmente distintos, seja aplicado ao discurso moral de modo a relacioná-lo a um discurso completamente descritivo. Neste caso, o primeiro passo, é oferecer uma análise conceitual nos moldes especificados acima para cada um dos termos que figuram em discursos morais. Em seguida, as ocorrências de termos para tipos morais devem ser substituídas por variáveis – $x, y, z \dots$ – o que permitiria especificar para cada conceito moral, uma junção de qualificações que delimitam exatamente o papel do termo dentro da teoria moral, mas sem recorrer a um discurso tipicamente moral. Assim, todas as sentenças delimitadas na análise, como “o que é bom é, normalmente, certo, enquanto o que é mau é errado” seriam traduzidas para algo como “o que é x é, normalmente, y , enquanto o que é z é r ” e o mesmo se seguiria para todos os outros compromisso conceituais propostos. Ao final deste processo, todas as sentenças morais teriam sido convertidas em sentenças que não empregam termos morais, mas ainda resguardam as relações e papéis destes termos.

Com as especificações descritivas alcançadas, uma pesquisa empírica poderia identificar uma propriedade ou conjunto de propriedades que podem substituir as propriedades e conceitos morais nas sentenças Ramsey-Lewis *salva veritae*. Neste momento, caso seja possível realizar a substituição de termos morais por termos que nomeiam apenas propriedades naturais, obtemos uma versão naturalista do realismo moral. Em outras palavras, se após a análise conceitual for descoberto que um termo moral m e um termo para uma propriedade natural n compartilham todos os comprometimentos conceituais elencados e a grande maioria das asserções verdadeiras relativas ao discurso contendo m são verdadeiras também para o discurso contendo n , então m pode ser identificado com n . Em uma consequência almejada pelos naturalistas, a moralidade, portanto, poderia ser incluída em uma visão completamente naturalista da realidade via redução a partir da identidade e o discurso moral seria nada mais que uma outra forma de falar sobre propriedades naturais⁴.

⁴ Uma objeção relevante pode ser levantada contra a estratégia aplicada ao discurso moral: *o problema da permutação* (Cf. Lewis, 2009). Em linhas gerais, dada a caracterização das sentenças Ramsey-Lewis em termos internos e externos, uma teoria deve definir seus termos internos de forma inequívoca, ou seja, cada termo definido por uma teoria deve ter uma única realização. Assim, dada uma teoria moral, M , para cada termo moral m que designa uma propriedade teríamos uma sentença ao estilo Ramsey-Lewis verdadeira em M e unicamente realizável. A propriedade de ser correto c , em M , por exemplo, pode ser definida, de acordo com os realistas de Camberra, como o x tal que $\exists xyx_1, x_2, \dots, x_n M(x_1, x_2, \dots, x_n) \leftrightarrow M(m_1, m_2, \dots, m_n) \rightarrow M(x_1, x_2, \dots, x_n) \& M(y_1, y_2, \dots, y_n) \leftrightarrow x_1 = y_1, x_2 = y_2, \dots, x_n = y_n$. Após investigações empíricas, é possível que se descubra uma propriedade, ou conjunto de propriedades F (de natureza distinta da propriedade moral) cujo nome pode substituir x *salva veritae* de modo que seja verdadeiro que $c = F$. O problema da permutação considera, entretanto, que é possível que existam outras realizações da mesma teoria em outros mundos possíveis, ou seja, uma mesma teoria quando submetida ao processo de *ramseyficação* pode ter referentes distintos em diferentes mundos possíveis. Em outras palavras, considerando que existam mundos possíveis distintos w_1 e w_2 em que a propriedade moral $c = F_1$ em w_1 e a propriedade moral $c = F_2$ em w_2 , é possível

Nesta caracterização, destaca-se, entretanto, que a identidade naturalista almejada depende não apenas da investigação *a priori* dos conceitos morais, mas também de certas investigações empíricas que identifiquem, no mundo natural, quais as propriedades operam os papéis morais relevantes mapeados pela análise conceitual. Assim, no programa de Camberra, embora a análise conceitual encontre um peso importante na formulação da proposta, a alocação de referentes adequados aos propósitos naturalistas depende de investigações *a posteriori*, de modo que a denominação do programa de Camberra como realismo naturalista analítico é parcialmente enganadora.

2.3 Realismo de Cornell

De modo similar ao que acontece ao realismo de Camberra, a ênfase dada a apenas um dos aspectos importantes na formulação da proposta de Cornell oculta a complementação de investigações *a priori* e *a posteriori*, também, nesta versão do realismo. A princípio, o realismo de Cornell é apresentado como uma tese realista e naturalista que se desenvolve a partir de uma expansão da explicação histórico-causal da referência dos nomes próprios e de tipos naturais de Kripke-Putnam para termos morais. Esta caracterização concede peso fundamental aos aspectos *a posteriori* da relação entre termo e referente⁵.

A proposta histórico-causal para referência dos nomes próprios e de tipos naturais de Kripke-Putnam aponta que há uma relação de designação rígida⁶ entre o nome do tipo natural e certa natureza essencial subjacente⁷ que confere para qualquer objeto sob análise uma lista de condições necessárias e suficientes para que o exemplar pertença a um tipo natural x qualquer. Contudo, conforme as especificações de Kripke, como a relação entre os termos e as propriedades essenciais é uma descoberta completamente empírica – que independe de relações conceituais – a relação de identidade decodificada é estabelecida puramente *a posteriori*. Nomes próprios e nomes de tipos naturais não contam, portanto,

que $F_1 \neq F_2$. Esta é uma consequência esperada para o realismo de Camberra, dado que a redução proposta não contempla identidades necessárias entre propriedades morais e propriedades de outras naturezas, mas apenas a redução do discurso moral ao descritivo. Contudo, a proposta culmina em algo como um relativismo entre mundos possíveis, no sentido de que termos morais possuem mais de um significado possível e os valores de verdade de sentenças morais variam em função do mundo de avaliação. Este pode ser um problema relevante para os realistas de Cornell e de Camberra. Agradeço ao avaliador deste artigo por apontar esta dificuldade.

⁵ Por exemplo, para Miller (2003): “O realista de Cornell deseja ver a semântica dos termos morais fundamentais, tais como ‘bom’, como similar à semântica dos termos para tipos naturais, como ‘água’ e ‘ouro’ sugerida pelos trabalhos de Putnam 1975 e Kripke 1980.” (MILLER, 2003, p. 162).

⁶ Um designador rígido é um rótulo capaz de selecionar única e exclusivamente um mesmo referente em qualquer mundo possível no qual o referente exista e não designa nenhuma outra coisa (KRIPKE, 1990, p. 48).

⁷ Tomando a essência de um tipo natural como certas características, ou conjunto de características que um e o mesmo objeto precisa apresentar para pertencer ao tipo em questão.

com especificações conceituais na determinação do seu significado, sendo esse igual à sua referência e nada mais.

De fato, um caminho similar poderia ser tomado no caso moral para a defesa do naturalismo, sendo suficiente, para isso, que os termos morais designassem rigidamente uma propriedade, ou conjuntos de propriedades naturais. Deste modo, termos morais teriam por referência (e significado) essas propriedades naturais empiricamente mapeadas. As sentenças contendo termos morais teriam condições de verdade, conforme o realismo postula, e sentenças morais verdadeiras envolveriam, essencialmente, a referência a propriedades naturais, conforme o naturalismo.

Entretanto, o realismo de Cornell não pode adotar a explicação histórico-causal do significado dos termos morais por, pelo menos, dois motivos importantes: primeiro porque termos morais não designam rigidamente uma propriedade ou um conjunto de propriedades naturais. Segundo, porque, para os realistas de Cornell, mesmo tipos naturais não podem ser investigados a despeito de considerações conceituais, o que implica uma rejeição da explicação histórico-causal do significado.

Começando pelo segundo ponto: os realistas de Cornell endossam uma leitura das práticas científicas e, conseqüentemente, dos tipos naturais herdeira das concepções de Goodman (1955) e Quine (1969) sobre hipóteses projetáveis e o funcionamento das ciências. Nesta abordagem, a acuracidade de identidades científicas e a possibilidade de empregá-las em predições e teorias não deriva de relações de necessidade descobertas empiricamente como em Kripke-Putnam, mas da validade que certos agrupamentos de propriedades podem conferir às induções típicas das ciências (GOODMAN, 1983, p. 63 – 64).

Os tipos naturais são, nesta concepção, aqueles tipos estudados pelas ciências à medida que são, eles próprios, construídos dentro da própria prática científica como bases sólidas para induções. A relação com as práticas científicas não se restringe, portanto, ao fato de que tipos naturais possuem uma natureza subjacente que pode ser especificada empiricamente. Ser um tipo natural depende de um exercício de categorização, típico da prática científica, das propriedades, estruturas e relações causais encontradas no mundo, e não da observação pura da regularidade de instanciação de certas propriedades (BOYD, 1999, p. 69).

A caracterização não implica, entretanto, que tipos naturais sejam construtos teóricos e que não haja espaço para investigações *a posteriori* sobre a constituição dos tipos naturais. Assim como na proposta de dupla regulação do programa de Camberra, tipos naturais podem ser constituídos por arranjos de propriedades objetivas e independentes que existem no mundo natural (BOYD, 2000, p. 54). A ressalva apresentada, entretanto, é que o modo como o corte dessas propriedades é feito é resultado de

uma prática e uma teoria, que permitem selecionar candidatos mais ou menos exitosos à referência dos termos para tipos naturais (BOYD, 2003, p. 535 – 537).

No caso da relação entre água e H₂O, por exemplo, o que permite a seleção de H₂O como o referente do termo ‘água’ é a resposta positiva obtida sobre que tipo de explicações e induções se tornam disponíveis quando se incorpora essa definição, e não outras, no vocabulário químico⁸.

Atribuindo H₂O em vez de gás carbônico diluído como o referente de ‘água’ (como devemos fazer) nós estamos (tácita ou explicitamente) reconhecendo a importância da capacidade explanatória alcançada: é a conexão entre os usos de ‘água’ e moléculas de H₂O, não a conexão (...) entre aqueles usos e amostras de gás carbônico diluído, que explicam como nosso uso de ‘água’ contribuiu (e contribui) para nosso sucesso prático, indutivo e explanatório. (BOYD, 2003, p. 516).

A explicação é, notoriamente, muito próxima da própria metodologia empregada no programa de Camberra. Embora não se faça, nesta caracterização de Cornell, uma referência explícita ao papel da análise conceitual, o que se sustenta é que definições para os tipos naturais seguirão de um julgamento epistêmico sobre o mérito das explicações possíveis para o sucesso de uma teoria ou ciência (BOYD, 2003, p. 535 – 536), do que se pressupõe, portanto, que uma série de compromissos conceituais e metodológicos guiarão a alocação do referente para além da observação de um fato bruto de identidade.

Complementarmente, uma vez que tipos naturais são melhores individualizados a partir do papel que desempenham dentro de uma teoria do que extensionalmente, segue-se que é possível admitir a tese metafísica de que alguns tipos naturais se apresentam como *multiplamente realizáveis*, desde que as múltiplas realizações sejam igualmente capazes de desempenhar o mesmo papel original atribuído ao tipo em questão. Mas, uma vez admitida a possibilidade de vagueza constitucional, segue-se que não é possível que nomes de tipos naturais designem rigidamente um referente, pois um mesmo tipo natural admite variabilidade de referência, enquanto mantém a mesma definição teórica. A consequência, mais uma vez, está em franco desacordo com a possibilidade de designações rígidas postulada pela explicação histórico causal das referências.

Estes são dois pontos de evidente contraste com a teoria histórico causal, desde a qualificação dos tipos naturais até o papel destes dentro da prática científica, de modo que não é razoável sustentar que o realismo de Cornell adota a teoria histórico causal para determinação do referente dos tipos naturais. A cisão, entretanto, tornaria estranhamente peculiar que os realistas de Cornell propusessem a teoria

⁸ Isso não significa, por outro lado, que a verdade desta afirmação seja totalmente independente da constituição do mundo. A substância H₂O de fato apresenta seus padrões de comportamento e propriedades que a tornam uma boa candidata para a referência de ‘água’, independentemente da observação.

histórico causal excepcionalmente aos nomes de tipos morais. Esta conclusão, inclusive, é endossada explicitamente pelos realistas de Cornell:

[...] a múltipla realização dos fatos e propriedades morais pode fornecer outra razão para resistir à identificação de propriedades morais e naturais. Uma asserção plausível sobre uma variedade de propriedades-tipo e *tokens* é que elas poderiam ser realizadas em muitas diferentes formas. Teorias funcionalistas da mente, por exemplo, são baseadas, parcialmente, neste tipo de asserção sobre a relação um-para-muitos entre estado mental e sistemas físicos. [...] Uma visão similar pode ser plausível sobre propriedades morais. (BRINK, 1989, p. 158).

Por outro lado, na ausência de designações rígidas, o realista moral naturalista retorna à dificuldade inicial apresentada: é necessário fornecer uma explicação sobre a relação entre tipos morais e as categorias admitidas no naturalismo.

Para incluir a moralidade em uma perspectiva naturalizada do mundo, o que os realistas de Cornell sustentam é a possibilidade de uma ponte epistemológica entre os usos acertados de termos morais e o reconhecimento da presença de certas propriedades ou fatos naturais, de modo que existe uma família de propriedades mais básicas (naturais) que em muitos casos ocorrem simultaneamente e que desempenham, em uma configuração específica, o mesmo papel funcional que associamos a alguma propriedade moral em práticas e discursos ordinários. A natureza das propriedades mais elementares que constituem a base das propriedades morais, por sua vez, é uma questão empírica.

Esta formulação do realismo encontrada em Boyd (1988) e Brink (1989), é muito similar à própria formulação oferecida pelo programa de Camberra em que análises conceituais especificam os papéis desempenhados por cada termo em uma teoria moral e pesquisas empíricas apontam quais propriedades naturais, se existem, são os referentes adequados dos termos morais. Em ambas as posições, portanto, parece ser necessário assumir certa complementação dos aspectos sintéticos e analíticos na delimitação da referência e do significado dos termos sob investigação, seja para termos de tipos naturais, seja para termos de tipos morais.

3 Considerações finais

Abrimos este texto indicando que qualquer posição realista naturalista sobre a moral deve, em primeiro lugar, explicar como as propriedades morais fazem parte de um mundo que pode ser especificado naturalisticamente. Dentre os caminhos possíveis, uma estratégia para alcançar a acomodação naturalista é fornecer uma relação entre propriedades morais e naturais de tal modo que propriedades morais sejam identificadas com propriedades naturais. Embora a identidade seja uma questão metafísica, uma teoria sobre o significado dos principais termos morais poderia construir uma

ponte conceitual entre os discursos que justifique a pressuposição naturalista – possibilidade explorada pelas duas posições discutidas neste texto.

A distinção entre as duas propostas, entretanto, deriva de alguns equívocos sobre a caracterização das duas posturas: devido ao destaque dado pelo programa de Camberra às análises conceituais na especificação do significado dos termos, esta versão é frequentemente tomada na literatura como uma versão analítica do naturalismo. Em contraposição, a leitura equivocada do realismo de Cornell como uma expansão para os termos morais da explicação das referências de Kripke-Putnam para termos naturais e nome próprios, frequentemente, leva uma caracterização do realismo de Cornell como uma versão sintética do naturalismo.

Em ambas as posições, entretanto, a relação entre tipos morais e naturais necessária para a caracterização do naturalismo moral é explicada a partir de uma ponte conceitual que liga os dois discursos – moral e natural. Esta ponte conceitual, entretanto, deixa em aberto lacunas que só podem ser preenchidas por investigações empíricas. Conseqüentemente, tanto o realismo de Cornell quanto o programa de Camberra endossam aspectos analíticos e sintéticos para a construção de identidades naturalistas em metaética. Embora a dupla regulação do significado dos termos morais não pareça problemática para os principais autores de Cornell ou Camberra, esta qualificação torna um tanto enganosos os rótulos comumente aplicados às posições de realismo naturalista analítico e sintético, pois marcam uma distinção entre as teorias onde não há.

Referências

BRADDON-MITCHELL, David. NOLA, Robert. Introducing the Canberra Plan. *In.*: BRADDON-MITCHELL, David. NOLA, Robert. **Conceptual Analysis and Philosophical Naturalism**. Cambridge: MIT Press, p. 1 – 20, 2009.

BOYD, Richard. Finite Beings, Finite Goods: The Semantics, Metaphysics and Ethics of Naturalist Consequentialism. Part I. **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. LXVI, nº 03, May/2003 p. 505 – 553.

_____. Finite Beings, Finite Goods: The Semantics, Metaphysics and Ethics of Naturalist Consequentialism. Part II. **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. LXVII, nº 01, July/2003 p. 24 – 47.

_____. Kinds as the Workmanship of Men: Realism, Constructivism, and Natural Kinds. *In.*: NIDA-RÜMELIN, J. and MEGGLE, G (orgs.). **Rationality, Realism, Revision**: Proceedings of the 3rd International Congress of the Society for Analytical Philosophy, 2000, p. 52 – 89.

_____. Kinds, Complexity and Multiple Realization: Comments on Millikan's 'Historical Kinds and the Special Sciences'. **Philosophical Studies**: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition. Vol. 95, nº. ½, 1999, p. 67 – 98.

_____. How to be a Moral Realist. *In.*: SAYRE-MCCORD, Geoffrey. **Essays on Moral Realism**. Cornell University Press, 1988. p. 181 – 228.

BRINK, David O. **Moral Realism and the Foundations of Ethics**. Cambridge University Press, 1989, 340p.

FISHER, Andrew. **Metaethics: An Introduction**. Durham: Acumen Publishing Limited, 2011.

GOODMAN, Nelson. **Facts, Fiction, and Forecast**. Harvard University Press, 4^aed., 1983 [1955].

JACKSON, Frank. **From Metaphysics to Ethics: A Defense of Conceptual Analysis**. Oxford, 1998.

KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity**. 5^a ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1990.

LEWIS, David. How to Define Theoretical Terms. **The Journal of Philosophy**. Vol. 67, n^o13, 1970, p. 427 – 446.

LEWIS, David. Ramseyan Humility. *In.*: BRADDON-MITCHELL, David. NOLA, Robert. **Conceptual Analysis and Philosophical Naturalism**. Cambridge: MIT Press, p. 1 – 20, 2009.

MILLER, Alexander. **An Introduction to Contemporary Metaethics**. Cambridge (UK) and Oxford (UK): Polity Press and Blackwell Publishing. 2003.

PETTIT, Philip. Analyzing Concepts and Allocating Referents. *In.*: BURGESS, A. CAPPELEN, H. PLUNKETT, D. (eds.) **Conceptual Engineering and Conceptual Ethics**. United Kingdom: Oxford University Press, 2020. p. 333 – 357.

QUINE, Willard Van Orman. Natural Kinds. *In.*: **Ontological Relativity and Other Essays**. Columbia University Press, 1969.

RAMSEY, Frank. Theories. *In.*: BRAITHWAITE, R. B. (ed.) **The Foundations of Mathematics**. London: Kegan Paul, Trench, Trubner, & Co. 1931.

Recebido em: 17/11/2022

Aceito em: 14/03/2023